

ANTÔNIO CONSELHEIRO E JOÃO ABADE: A TEORIA DO ESTADO E CANUDOS

ANTÔNIO CONSELHEIRO AND JOÃO ABADE: THE THEORY OF STATE AND CANUDOS

RODRIGO GUIMARÃES MOTTA

DOUTORANDO PUC-SP

rodrigo-motta@uol.com.br



Resumo - A partir dos conceitos clássicos das teorias mais notáveis de Estado desenvolvidas por Aristóteles, Thomas Hobbes e Platão, este artigo analisa as características do Estado e da sociedade da cidade de Canudos. Fundada no século XIX e liderada por Antônio Conselheiro e seu comandante militar João Abade, a cidade prosperou e se destacou no Nordeste brasileiro por algum tempo, gerando um desconforto tal, que culminou com sua destruição pelo exército, não sem antes oferecer forte e corajosa resistência. O estudo qualitativo desenvolvido se fundamentou em revisão bibliográfica sobre o tema e interpreta os eventos ocorridos em Canudos sob uma perspectiva complementar, avaliando sua evolução a partir das teorias clássica, jusnaturalista e idealista, reconhecendo suas características inovadoras e as limitações que terminaram por tornar a cidade um projeto temido, indesejado e algo a ser eliminado pela recém-fundada república brasileira.

Palavras-chave: Canudos. História. Sociologia



Abstract - This is a qualitative study, where the author, based on the classical definitions of Aristoteles, Thomas Hobbes and Plato of the state theory, analyzes the characteristics of the government and society of the city of Canudos, founded in the XIX century by Antonio Conselheiro in Brazil, and protected by the commander Joao Abade. These two men alowed the city to develop and prosper in the northeast of Brazil, until it was destroyed by the brazilian army. This exploratory study, based on a literature review of the history of Canudos and the books written by Aristoteles, Hobbes and Plato analyses de innovation and the limits of Canudos that made the city feared, rejected and at the end something to be destroyed by the brazilian republic, using the perspective of the classical state theory, the idealist state theory and the jusnaturalist state theory on a complimentary way.

Keywords: Canudos. History. Sociology.



I. INTRODUÇÃO

Muito já foi escrito sobre a Guerra de Canudos. Clássicos como *Os Sertões*, lançado em 1911(a edição utilizada neste artigo é de 2009), obra seminal da sociologia no Brasil, *Canudos: diário de uma expedição* (1939), ambos de Euclides da Cunha, e *A Guerra do Fim do Mundo*, de Mário Vargas Llosa (2008), são alguns dos muitos textos das mais diversas qualidades sobre esse épico conflito que aconteceu no Brasil e que, de certa forma, moldou o país como hoje ele é conhecido.

Na tentativa de resgatar o que ocorreu, observa-se que no final do século XIX, levados pela miséria extrema, fator histórico característico da região, causado em parte por sucessivas secas, em parte pelo descaso do governo, dois movimentos sociais começaram a ocorrer no Nordeste brasileiro: o Cangaço, com grupos formados por indivíduos que viviam em péssimas condições sociais, o que suscitou lutas contínuas, violentas e cruéis por disputa de terras, entre outras coisas, e o Messianismo, com ascetas pregando a palavra de Jesus Cristo de acordo com sua própria interpretação, porém sempre desejosos de abolir as desigualdades sociais de que eram vítimas, e promovendo obras sociais com o fito de melhorar a situação da população depauperada. Tal cenário, marcado pela revolta envolvendo questões sociais, específicas dessa região, propiciou a eclosão de manifestações que iriam convergir e se potencializar na ocorrência de Canudos e, posteriormente, na tremenda batalha que dizimou a comunidade.

Antônio Conselheiro, personagem de passado desconhecido e que passou a pregar para a população miserável daquela região, foi o mais célebre representante do Messianismo. Incansável, pregava continuamente a palavra de Jesus e viajava pelos estados do Nordeste, na época do Império, depois República, do Brasil. Nessas viagens, além de aumentar sua reputação, a ele se uniam milhares de seguidores que, sem esperança nenhuma na vida que levavam, preferiam abandonar sua desesperançada situação e seguir o profeta, um dos personagens fundamentais da Guerra de Canudos e um dos protagonistas do estudo apresentado nesta monografia.

Pela característica de suas pregações e da população para quem pregava, pessoas das mais diferentes origens e situações sociais se uniam ao séquito do Conselheiro, que crescia sem parar, necessitando que um time de homens fortes fizesse a segurança, protegendo todos de ameaças que poderiam vir do



governo, incomodado pelo crescimento da comunidade e pelos potenciais tumultos que poderia causar, e de chefes locais, que perdiam os submissos e explorados camponeses que moravam e trabalhavam em suas terras e que largavam tudo para seguir Antônio, além de evitar conflitos dentro do próprio séquito, o que sempre poderia acontecer. Sendo assim, os cangaceiros arrependidos que passavam a seguir o Conselheiro eram logo escolhidos para essa função, em virtude da sua experiência em conflitos e em armamentos.

E, aí, aparece João, um dos seguidores arrebanhados por Antônio, o outro personagem, também protagonista deste trabalho, decisivo na história de Canudos. Do seu passado nebuloso, alguns autores mencionam que sua terrível passagem pelo Cangaço lhe deu a alcunha de João Satã, tanta maldade era capaz de cometer durante sua vida como cangaceiro. Pois esse sinistro personagem se encantou ao ver a figura séria e magra de Antônio e decidiu largar tudo aquilo para ter uma vida reta e justa ao lado do carismático Conselheiro que, impressionado pelas histórias de João e pela intensidade de sua conversão, passou a chamá-lo dali em diante de João Abade. E, pela sua coragem, dedicação e capacidade, João Abade, com o tempo, passou a chefiar a guarda de Antônio e, muito depois, da cidade que viriam a construir juntos: Canudos.

Assim, estão brevemente apresentados os dois personagens deste trabalho, Antônio Conselheiro e João Abade; um como legítimo representante do Messianismo e outro oriundo do Cangaço. Unidos e apoiados por milhares de seguidores, ambos iriam ainda por alguns anos continuar sua vida de peregrinações até o momento em que, sob a liderança do profeta e asceta, decidiram construir Canudos, cidade para onde convergissem todos os seus seguidores atuais e futuros. E Canudos, sob o comando de ambos, prosperou. Do nada, surgiu uma imponente cidade de 25.000 habitantes que, comparada com outras cidades da região, tinha um padrão de vida decente, pois, ali, ninguém morria de fome, todos trabalhavam e as pessoas que chegavam eram sempre acolhidas.

Seguindo regras próprias, por ele estabelecidas, Conselheiro construiu uma cidade-Estado. Entre os tantos regimentos que ele desenvolveu, foi formalizada a existência de seu exército de seguranças, batizado de "Guarda Católica", sendo João Abade nomeado "Chefe da Guarda Católica" ou



"Comandante da Rua". A paz dentro da localidade foi sempre seguida à risca, mas a Guarda seria utilizada em outro tipo de combate, que a eternizaria nos registros e nas lendas de todo um povo.

Pois assim sucedeu. Incomodados com a quantidade de camponeses que perdiam de seus territórios, os chefetes locais se uniram aos políticos de cidades próximas, que, por sua vez, perdiam no comércio para a próspera Canudos. Por motivo fútil, ambos os grupos se uniram e convenceram o governo, também incomodado, a enviar uma força militar para enquadrar Canudos. Favorecidos pelo conhecimento da região, distante de grandes centros urbanos, o que dificultava a logística militar, e pelo conhecimento em combates, obtido em anos contínuos de Cangaço, a valente Guarda Católica venceu sua primeira guerra.

E assim aconteceu por meses a fios. Exércitos do governo cada vez mais fortes, bem armados e bem equipados, se chocavam contra João Abade e seus soldados e eram seguidamente derrotados. Verdade que os fatores geográficos e culturais desempenharam seu papel, assim como o despreparo das forças brasileiras. Mas isso somente não explica o sucesso da Guarda Católica nessas guerras. Ainda que ao final derrotadas por números esmagadores, as lideranças de seus dois principais líderes, o Comandante da Rua e o Conselheiro, desempenharam também relevante papel. Mantiveram o povoado unido, motivado e combativo até o inevitável final. Como escreveu Euclides da Cunha (2009, p. 532):

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente da qual rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Muito se pode falar sobre esses dois líderes incríveis, que a história brasileira não destacou (afinal, não é a História escrita pelos vencedores?). Para exploração mais acurada do tema, será estudado como o Conselheiro, o Comandante da Rua e os demais líderes do povoado conceberam seu Estado e quais as suas principais características, o que sem dúvida forneceu a fortaleza e a retaguarda necessárias para que eles pudessem enfrentar um país inteiro por tanto tempo e infligido tantas derrotas e humilhações à recém-criada república brasileira, até finalmente serem exterminados por



forças incomensuravelmente mais fortes. Serão abordados aspectos do Estado canudista a partir das teorias idealistas de Estado, em especial àquela concebida por Platão, assim como das teorias realistas de Estado, tanto as historicistas quanto as jusnaturalistas.

Este é um estudo exploratório que, segundo Mattar (1996, p. 18), "visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, poucos ou inexistentes".

II. PROCEDIMENTOS

Esse artigo busca demonstrar como uma pequena cidade-Estado (cidade-Estado, sim, já que seguia regras próprias de conduta e, ainda que não pretendesse se separar ou desafiar o poder constituído do Brasil, tinha sua estrutura de poder de forma independente, algumas vezes colaborativa e outras vezes conflituosa com o poder constituído na região pelos governos municipais, estaduais e nacional) conseguiu obter sua autonomia e foi relativamente bem-sucedida sob as perspectivas econômica, militar e política durante o tempo que existiu, a partir das teorias clássicas do Estado.

Por se tratar de um tema muito amplo com diversas correntes e pensadores que desenvolveram e demonstraram suas ideias, escolheu-se abordar a questão a partir de teorias realistas de Estado, a saber, o modelo clássico concebido por Aristóteles e o modelo jusnaturalista de Hobbes, assim como a teoria idealista do Estado desenvolvida por Platão. Esses modelos serão explorados a seguir, e sustentados com exemplos (alguns, sem a menor pretensão de abordar toda a rica e extensa vivência de Canudos) do que ocorreu na cidade liderada pelos dois heróis anteriormente apresentados, o visionário Antônio e o aguerrido João Abade.

Este estudo é uma pesquisa exploratória, baseado em revisão da bibliografía. Para contextualizar e apresentar a história de Canudos, o autor utilizou a bibliografía disponível sobre a história do lendário conflito que, além de ser restrita, é concebida majoritariamente pela visão dos vencedores, já que ninguém ou quase ninguém que lutou no exército do Comandante da Rua sobreviveu à guerra. O livro principal estudado foi o clássico *Os sertões: campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha,



complementado por alguns outros livros que tratam do desenvolvimento das pré-condições para a existência de Canudos e também das características do conflito.

Além disso, para analisar essa história a partir das teorias de Estado mencionadas, foram pesquisados os conceitos e textos de Platão (teoria idealista de Estado), Aristóteles (teoria clássica de Estado) e Hobbes (teoria jusnaturalista de Estado). Esses autores, juntamente com suas obras, foram selecionados sem a pretensão de esgotar o tema, mas por serem reconhecidos pela academia como referências relevantes para o estudo do desenvolvimento do Estado. Dmitruk (2004, p. 68) complementa explicando que essa modalidade de pesquisa permite "a revisão, interpretação e crítica do conhecimento científico acumulado e também a geração de novas proposições de explicação e compreensão". Dessa forma, a história, tal como descrita pelos livros que retratam a epopeia de Canudos, é assim revisada e analisada a partir das teorias de Estado propostas pelos autores selecionados.

III. RESULTADOS

3.1 - Teoria Clássica de Estado e Canudos

A teoria clássica de Estado, desenvolvida por Aristóteles, busca esclarecer as questões relativas ao nascimento do Estado. Segundo o pensador, tal como descrito no livro de Barnes (2005), o homem é um animal político, e viver em sociedade é seu destino natural. Dessa forma, ele não conseguirá se realizar ou ser feliz caso não viva em sociedade. Em Canudos isso pode ser percebido desde antes de sua concepção, quando os sertanejos miseráveis de todo o Nordeste trocavam uma vida sem esperança e miserável pelas promessas e sonhos de Conselheiro e o seguiam realizando boas obras, como a construção e reforma de igrejas e cemitérios, até finalmente se assentarem naquele pedaço de terra que veio a ser chamado de Canudos. Tanto apelo e sentimento de filiação foi gerado por Antônio, que arrebanhou pessoas que de outra forma não seria possível imaginar realizando ações nobres, como o seu Comandante da Rua, João Abade, ilustre cangaceiro. E o apelo permaneceu até o final, pois mesmo sendo atacada e destruída pelo exército brasileiro, Canudos recebeu milhares de pessoas até muito perto de ser completamente arrasada.



Avançando na teoria aristotélica, ela afirma que a primeira comunidade natural é a família, já que homem e mulher se unem e procriam, gerando descendentes. Esse reconhecimento está presente na aguerrida Canudos, que apesar de ter sido fundada nos confins de um sertão distante, que desconhece leis e sujeito a bandoleiros temíveis, sempre atraiu famílias para lá viverem. E essas famílias sempre foram acolhidas e receberam um tratamento digno que não tinham em seus lares de origem, já que a visão conservadora de Antônio sempre reconheceu a importância do núcleo familiar para a evolução de Canudos. Ao contrário das cidades sem lei que a história apresenta, em regiões de fronteira ou por demais miseráveis, como aquelas retratadas durante a expansão para o Oeste dos Estados Unidos, Canudos era um ninho para a família nordestina. E a lei e a ordem eram garantidas dentro da cidade por João e sua Guarda Católica.

As famílias, segundo a teoria clássica, se unem em aldeias que, por sua vez, se unem a outras aldeias (no caso de Canudos, pelo fluxo migratório de pessoas que para lá acorreram de todo o Nordeste brasileiro) formando cidades. Segundo a referida teoria, o que caracteriza a cidade é que a vida é boa e autossuficiente.

Quanto a Canudos, em contraste com os grandes centros urbanos, ela era dirigida por um líder messiânico, Antônio, e a moral e os bons costumes dentro da cidade eram assegurados pelo Chefe da Guarda Católica, o cangaceiro arrependido João Abade. Isso, por si só, já se constitui como relevante diferencial em oposição à vida do sertanejo convencional, que vivia sob constante medo e ameaça de tudo perder, ter seus bens expropriados pelo chefete local, o conhecido coronel, ou pelos bandos de cangaceiros sanguinários que aterrorizavam o Nordeste de então.

E a vida não era só boa por isso. Produzindo localmente o que a terra era capaz de oferecer, Canudos era regida por um protocomunismo, ainda que sem nenhum embasamento teórico, sendo assegurado a todos o mínimo essencial para viver, uma casa para morar (que era construída pela família que se juntava em Canudos, com o apoio dos já residentes) e alimentos para consumir (produzidos por todos e repartidos de acordo com a necessidade). Moradores doentes eram amparados por curandeiros locais e pela reza do Conselheiro e dos beatos e beatas que o acompanhavam, que, no caso de não poder dar amparo físico, fortaleciam a moral do morador e do povoado.



As poucas trocas e comércio existentes eram realizados por alguns moradores com experiência no comércio, como os famosos irmãos Vila Nova. O crescimento do comércio local e as esporádicas negociações com cidades vizinhas foi uma das causas da queda de Canudos, pois como a valente cidade-Estado não pagava impostos, gerava cobiça e ressentimento do governo constituído, assim como a relativa riqueza da cidade era invejada pelos coronéis da região e pelas cidades oficialmente constituídas, que sentiam estar perdendo prestígio, poder e sobretudo riqueza para Canudos. Foi uma divergência comercial entre Canudos e uma cidade vizinha que fez com que a primeira força militar avançasse contra a cidade. E ainda que derrotada, esse movimento deu início à guerra que terminou por destruir Canudos.

A teoria clássica concebida por Aristóteles termina na cidade-Estado, já que grandes nações não existiam na Grécia clássica em que ele viveu e o poder máximo era exercido e realizado nessas cidades. Essa característica de sua teoria serve com excelência para abordar a história canudista, que evoluiu até uma pequena cidade-Estado no sertão nordestino, que chegou a ter 25.000 habitantes. E, como por aí ficou, seu ciclo pode ser interpretado pelo ponto de vista aristotélico.

3.2 - Teoria Justialista de Estado e Canudos

O jusnaturalismo interpreta a teoria política a partir do "estado da natureza". Para os jusnaturalistas, estado da natureza pode ser definido como os homens viviam antes da vida em sociedade. Nessa condição, o ser humano é livre e dispõe de uma igualdade em relação ao outro. A desigualdade que hoje existe tem origem na constituição do Estado e da lei civil.

Não é possível dizer que os miseráveis do Nordeste viviam em um estado da natureza por definição, porém grande parte do sofrimento pelos quais passavam era fruto das desigualdades econômicas e sociais. Esmagados por uma carga de trabalho desumana e uma remuneração miserável, pouco ou nada tinham para sustentar sua família. Essa condição era reforçada já que os grandes proprietários eram apoiados e tinham sua legitimidade afirmada pelo governo constituído. Os representantes do movimento messiânico, como o Conselheiro, eram muito mal vistos pelas elites, pois, de certa forma, se contrapunham à lei civil que sustentava o estado miserável da população, uma vez que os seguidores do Conselheiro abandonavam suas vidas pregressas, enfraquecendo a mão de obra das



fazendas e dos povoados da região, além de notoriamente Canudos não pagar os impostos. Como escreveu Nina Rodrigues (1939, apud Macedo e Maestri, 2004, p. 40),

As elites não admitem que a miséria popular se transforme em virtude religiosa. Quando tal fato ocorre, a pobreza, anteriormente signo de inferioridade social, tende a ser tomada como condição de piedade, necessária para a salvação e como tal, tornase elemento aglutinador das classes subalternas. Quando para os oprimidos e miseráveis a pobreza apresenta-se como qualidade moral, a riqueza e o luxo das elites transformam-se inversamente em símbolo de decadência e corrupção morais. Ou seja, a pregação espiritual ascética funciona também como denúncia das condições de vida das classes opulentas.

Segundo o principal pensador jusnaturalista, Hobbes, que escreveu clássicos como *Do cidadão* (2002) e *Leviatã* (edição utilizada de 2003), no estado da natureza não há segurança necessária para a pessoa viver a sua vida, visto que os objetos de desejo, escassos, no caso do Nordeste brasileiro, são desejados por todos. Mesmo não podendo afirmar que o sertão brasileiro vivia em um estado da natureza tal como definido por Hobbes, a semelhança aqui se faz, visto que além das arbitrariedades cometidas pelas autoridades, o sertão era infestado pelos temíveis cangaceiros que, na sua sanha de vingança contra os seus espoliadores, impunham a sua lei ao sertão, assaltando fazendas e, muitas vezes, pessoas e, até mesmo, cidades inteiras. Era (quase) uma guerra de todos os homens contra todos os homens, tal como o estado da natureza hobbesiano. Nessas condições, o que prevalece é o que os jusnaturalistas chamam de direito natural, que é o direito que cada ser humano tem de usar dos meios que achar conveniente para proteger a própria vida. Famosos eram os pobres nordestinos moradores do sertão, por alguma arma sempre portar, fosse arma de fogo, fosse facão.

Hobbes diz que o homem supera isso através de algumas de suas paixões, como o medo da morte, a esperança em uma vida confortável e na sua própria razão. E não foi o que Canudos ofereceu? Com a Guarda Católica (ou Companhia de Bom Jesus), João Abade e seus cangaceiros convertidos protegiam os moradores da cidade-Estado de problemas internos e de ameaças externas. Usando como modelo a repartição da produção da roça, o incipiente comércio de Canudos fornecia comida e moradia para todos, o que era sem dúvida uma vida muito mais confortável e digna do que os sertanejos de Canudos jamais haviam experimentado. E a razão era amplamente atendida pela



pregação religiosa de Antônio. Por se tratar de uma população profundamente religiosa, sua interpretação da vida e dos problemas que enfrentavam era formatada de acordo com os dogmas católicos, logo a pregação conselheirista não só era compreendida como fazia sentido para esse povo que vivia no fim do mundo.

Hobbes explica então que os homens no estado da natureza (ou no estado de "quase" natureza, como era o caso do sertão nordestino) transferem o direito que eles possuíam de preservar a própria vida para o Estado, através do que o jusnaturalismo chama de pacto social.

Já que o pacto social original com o governo brasileiro fracassou, o povo do sertão estabeleceu um novo pacto social com as lideranças de Canudos. E pelo curto período em que esse pacto esteve vigente, Antônio e João não pouparam esforços para que ele funcionasse. Mais do que cidadãos brasileiros, os moradores de Canudos eram cidadãos de Canudos, segundo a definição hobbesiana, cidadãos se submetem à ordem vigente imposta pelo Estado, o que reforça um dos pilares desta monografia, que é considerar Canudos uma cidade-Estado em pleno século XIX.

3.3 - Teoria Idealista de Estado e Canudos

A teoria idealista de Estado, que tem como um dos seus principais pensadores Platão, que a explorou em um de seus mais importantes trabalhos, em que apresenta as características da república (edição de 1997), descreve o modelo ideal de Estado, como ele deveria ser, quando não sujeito à transitoriedade, ao desgaste e à corrupção. Esse modelo cabe muito bem ao povo de Canudos, concebida por um idealista, cidade que tendo vida efêmera não foi corroída nem adulterada pelo tempo e pela forma de vida dos Estados.

Platão em seus estudos estabelece que é possível delimitar formas possíveis de governo nos Estados e para cada forma existe um contraponto, por ele chamado de forma degradada. No seu raciocínio, uma das formas é a monarquia e a outra a aristocracia, que têm como forma degradada a tirania, e, por último, a democracia, cuja forma degradada é a anarquia.

A teoria platônica sofre variações na história de Canudos, porém é possível reconhecer na visão de Antônio Conselheiro tanto a forma que ele imaginava ideal quanto sua forma degradada. Como o



Brasil passava naquela época por uma transição do regime monárquico para o regime republicano, Conselheiro irá eleger como forma ideal de governo a monarquia. Contribuiu para isso sua visão com conotação profundamente religiosa, em que o imperador era alguém eleito por Deus para governar o povo. Como Macedo e Maestri escrevem (2004, p. 88):

De modo similar, o Conselheiro defendia o direito divino dos reis e considerava falsos os princípios em que a república se baseava, por considerá-los ancorados apenas em ideias profanas, ou seja, não religiosas. Católico convicto, Antônio via na república uma ameaça a religião, em virtude da separação entre a igreja e o estado. Em seu modo de ver, a separação afetava os fundamentos da instituição do casamento. Parecia-lhe inadmissível que o matrimônio, um dos principais sacramentos da igreja, pudesse ter validade quando realizado fora do âmbito religioso e ser inválido quando não registrado civilmente, ainda que abençoado pela religião.

Conselheiro e sua gente não reconhecia a autoridade republicana, ainda mais desprestigiada pelo aumento da cobrança que realizou favorecendo as classes mais abastadas, com impostos que incidiram majoritariamente nos miseráveis sertanejos, além de a república não oferecer concretamente nenhuma garantia política aos direitos desses cidadãos, já que o direito a voto na época era exclusivo da elite.

Apesar de não ter nenhum vínculo estabelecido com a monarquia e com monarquistas de outras regiões, fato extensamente propagado pela imprensa da época, Antônio via a forma ideal da monarquia sendo expulsa da vida brasileira e substituída pela forma degradada da república.

E ele era sobretudo um homem de ação. Sua resposta está na própria constituição de Canudos. Sem pretensões nacionais, seus seguidores tinham a permissão e o incentivo para viver de acordo com as tradições ancestrais defendidas pelo seu líder.

Voltando a Platão, ele irá explicar que a forma ideal de Estado é aquela pautada pela justiça, definida pelo pensador como a somatória de todas as virtudes. E tal justiça não se faz pelo medo. E Antônio, como já descrito anteriormente, irá sobretudo constituir um Estado justo para as condições socioeconômicas da época, um local onde todos tinham direito a casa e a alimentação, podiam festejar



de forma apropriada suas datas especiais, não pagavam impostos acachapantes a uma república por eles desconhecida e temida e eram unidos por um profundo fervor religioso. Como escreve Macedo,

Belo Monte (denominação pelo qual os moradores chamavam Canudos), era apenas uma comunidade de pobres e excluídos que, apoiada na religião, realizava um ato de recusa rústica e coletiva da sociedade de classes da época, na tentativa de construção de mundo utópico em que todos viveriam do seu trabalho, praticando a solidariedade entre os homens e as mulheres.

Platão em sua teoria de Estado também dividirá o governo ideal em três partes. A parte racional está associada com os governantes. Esses governantes, que também podem ser chamados de filósofos, têm como principal objetivo e prazer a busca do conhecimento e da verdade. Nessa classe, sem dúvida, em Canudos, estava o próprio Antônio, líder inconteste do povoado e os beatos que com ele trabalhavam fundamentalmente com a pregação e o conforto do povo. E não por acaso, ao se pesquisar a história do Conselheiro, ele tinha uma formação muitos superior à do sertanejo médio.

Logo, a parte irascível do Estado é composta, segundo Platão, pelos guerreiros, que obtêm o principal prazer com as glórias conquistadas. E Canudos tinha seus guerreiros! Com João Abade à frente, a resistente e determinada Guarda Católica, composta por cangaceiros convertidos, punha ordem no povoado e conduziu com perícia e determinação a guerra que se prolongou por tanto tempo contra as forças de todo o país.

Por último, Platão associa a classe dos agricultores, comerciantes e artesãos com a parte apetitiva do Estado, que busca, sobretudo, os bens materiais. Ainda que com pretensões modestas (nada mais do que uma vida digna), essa classe era composta pela maioria dos habitantes de Canudos, tendo alguns expoentes que foram os comerciantes mais bem-sucedidos, como os irmãos Vilanova e a família Macambira.

E acima de todos, atendendo o que Platão dizia ser imprescindível, que era o cuidado com a coisa pública, sem jamais deixar os interesses próprios prevalecerem, estava ele. A lenda. Antônio Conselheiro, guardião da legítima *res publica* (coisa pública) de Canudos.

IV. CONCLUSÕES



Tamanha divergência de visões de mundo e conflitos de interesses não podiam sobreviver por tempo indefinido em um mesmo local. E assim a tragédia se abateu sobre o sertão brasileiro. A primeira expedição contra Canudos, composta por cerca de cem homens liderados por um tenente e motivada pela defesa de interesses dos coronéis e chefetes regionais, subestimou o poder bélico de Canudos e foi derrotada. A ela se sucedeu uma nova expedição, desta feita comandada por um major e composta por mais de quinhentos homens, que também não foi páreo para a coragem e a astúcia da Guarda Católica.

Duas derrotas consecutivas e tão humilhantes motivaram uma grande expedição, composta por mais de mil homens, fortemente armada e liderada por um coronel, Moreira César, com fama de ser o mais temível militar do Brasil, conhecido como o corta-cabeças. Derrotados novamente pela brava resistência de Canudos, abandonaram suas armas, centenas de mortos, entre os quais o próprio cortacabeças. E então o inferno se abateu sobre Canudos.

A quarta e derradeira expedição, conduzida por generais e com milhares de soldados, passou por infinitas dificuldades, mas a absoluta e esmagadora superioridade de homens e armamentos por fim destruiu Canudos, não sem antes seu último defensor, portando o barrete da Guarda Católica e um machado, ter avançado sozinho contra todo o exército brasileiro.

A História tachou a história de Canudos como uma aberração e os seus defensores como seres bizarros de um mundo que não existia mais e que jamais deveria ter existido. Essa percepção teve início com o primeiro grande clássico sobre a tragédia, escrito por Euclides da Cunha, *Os Sertões*. E a memória brasileira, direcionada pela elite dirigente e tão carente e sem tradição de heróis, esqueceu que um dia valorosos guerreiros, comandados por João Abade e inspirados na carismática figura de Antônio, lutaram pela realização de um sonho de um sertão mais justo e digno para se viver.

O que este artigo se propôs apresentar não foi uma defesa inconsequente dos canudistas, mas, sim, o reconhecimento da multiplicidade e da riqueza cultural, política, social, econômica e, por que não, militar de Canudos. Analisando e comparando o Estado de efêmera vida liderado pelo Conselheiro com as teorias de Estado clássica, jusnaturalista e idealista, pode-se perceber que o sucesso e a resistência de Canudos não foram obra do acaso ou da incompetência do exército brasileiro.



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

Sem pretensões ou maiores referenciais teóricos, os líderes de Canudos conceberam uma cidade-Estado com premissas, vida cotidiana e fundamentos muito diferentes do Estado brasileiro ao qual ela pertencia, e, sob muitos aspectos, uma alternativa com melhores condições materiais e espirituais para os seus moradores, quando comparadas à realidade por eles enfrentadas no inóspito sertão brasileiro.

E tal fortaleza permitiu que o arraial fosse fundado, prosperasse até o ponto que, quando confrontado com o seu destino, pôde oferecer um nível de resistência que marcou a história não apenas de Canudos, mas de todo o Brasil. E de Canudos, para aqueles interessados na história do Brasil, restou, um documento encontrado por Euclides da Cunha em forma de um poema escrito por algum morador e recuperado por Macedo e Mastri, 2004, p. 82-83):

Lá vão meus tristes ais

Nestas tuas mãos parar

Saudade e minhas lembranças

Vossa mercê quera escutar

Já se acabosse meus gostos

Findosse minha alegria

Já se quebrosse o espelho

Em que meus olhos ti viam

Quando eu de ti mi apartei

Nunca mais tive alegria

Somente porque não acho

Uma feliz companhia

(...)

O papel em que te escrevo



Saiu da palma da mão

A tinta saiu dos olhos

A pena – do coração.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barnes, Jonathan. Aristóteles. São Paulo: Loyola, 2005.

Cunha, Euclides da. Os sertões: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

Cunha, Euclides da. Canudos: diário de uma expedição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

Dmitruk, Hilda Beatriz. Cadernos Metodológicos. Chapecó: Argos, 2004.

Hobbes, Thomas. Do cidadão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Hobbes, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

Macedo, José e Maestri, Mário. Belo Monte. São Paulo: Expressão Popular, 2006

Mattar, Fauze N. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 1996.

Platão. A república de Platão. São Paulo. Abril, 1997.

Rodrigues, Nina. "A loucura epidêmica de Canudos". In: As coletividades anormais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1939.

Vargas Llosa, Mário. A guerra do fim do mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.